



Viseu | 13-14 Maio 2022
Pavilhão ExpoCenter

**14.º CONGRESSO NACIONAL
DOS PROFESSORES**

**A Educação não pode esperar!
Combater desigualdades.
Valorizar a profissão!**



AECs, solução ou problema?

Carlos Leal

Desde o início da implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, as AECs, que todas as orientações do ME vão no sentido destas atividades decorrerem depois da componente letiva e serem eminentemente lúdicas. Prevendo-se, no entanto, que em casos excepcionais e com a autorização do Conselho Geral, seja possível intervalar a componente letiva com as AECs. Face a esta possibilidade, em pouco tempo passámos a ter as AECs no início, no meio e no fim das atividades letivas, fazendo com que a exceção se tornasse a regra, e com isto alunos, pais e muitas vezes professores deixaram de perceber muito bem o que era letivo e o que era não letivo.

Em 2013, sete anos depois da implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, foi realizada uma investigação académica independente a pedido do ME que **“alerta(va) para uma realidade marcada pela excessiva escolarização das atividades de enriquecimento curricular, (...) e que eram pouco articuladas com o período curricular e com o projeto educativo dos agrupamentos de escolas”**.

O mais gravoso, principalmente para os alunos, mas também para os professores, é que esta realidade tem vindo a acentuar-se, refletindo-se principalmente nos horários dos alunos e dos professores e na avaliação.

No horário dos alunos, na medida em que os mesmos, por vezes, obrigam as crianças a permanecer no mesmo local, na mesma cadeira, na mesma mesa, com o mesmo companheiro ou companheira das 9:00 às 17:30, com todos os prejuízos que tal rotina provoca no seu desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional.

Nos horários dos professores, pois muitas das vezes são elaborados em função das AEC, obedecendo apenas a critérios economicistas, não respeitando qualquer lógica pedagógica, o que contraria todos os princípios e orientações, acabando por haver uma preponderância das AEC em relação à componente letiva. Por exemplo o horário semanal do docente tem dias em que está com os seus alunos das 9:00 às 14:00 e outros em que está com eles das 9:00 às 17:30, com todos os constrangimentos que provoca à gestão curricular em monodocência. Tornando as AECs, uma atividade que nos é apresentada como facultativa, em obrigatória, pois não permite que os pais possam escolher que os seus educandos não frequentem estas atividades.

Em relação à avaliação, a partir do momento em que se cria um sistema de avaliação de alunos numa atividade lúdica, e isso acontece desde a sua implementação, está a subverter-se a sua verdadeira essência. As crianças necessitam de tempo para brincar, de forma a poderem crescer saudáveis, tanto a nível físico como psicológico. Cada vez há menos sítios onde é permitido às crianças brincarem. Antes viam-se crianças a brincar na rua, nos jardins, nas praças, mas hoje em dia, para além de ser raro assistir a isso, vemos que até os parques infantis têm um horário de funcionamento. Se olharmos

atentamente para o horário de uma criança, podemos verificar que está mais sobrecarregado do que o de um adulto, sobrando-lhe pouco tempo para brincar livremente.

Atualmente há agrupamentos que não fazem distinção na avaliação das áreas curriculares e das AEC, sem que para tal se vislumbre qualquer benefício ou justificação.

Deverá então haver avaliação nas AEC? Obviamente que sim, as AEC deverão ser avaliadas, mas como atividades que são, no seu conteúdo, na sua aplicação, no seu funcionamento, de modo a que se monitorize a sua qualidade, sejam expurgadas as situações anómalas detetadas e se implementem outras que contribuam para que sejam o que devem ser: atividades facultativas, de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.

Deverão os alunos ser avaliados nessas atividades lúdicas? Evidentemente que não, não se devem avaliar os jogos e as brincadeiras, essas são para disfrutar e ajudar as crianças a crescer de uma forma saudável.

Importa ainda referir, que a escola a tempo inteiro, assenta na extrema precariedade dos profissionais que asseguram as atividades tantas vezes pagos a menos de 10 euros à hora. Para além da diversidade de entidades que as podem organizar. As verbas transferidas são reduzidas e os recursos materiais escassos. As exigências que se colocam aos profissionais também são desiguais, atendendo à entidade a que têm de responder. Por exemplo, não são poucas as vezes em que têm de comprar os materiais ou de exercer outras funções nas autarquias, obrigados a acompanhar diferentes tipos de eventos.

A verdade é que, pela pressão dos sindicatos e dos professores, muito foi conquistado e cada vez há mais agrupamentos/entidades promotoras das AECs a cumprir com os contratos de trabalho e com as orientações do ME colocando as AECs depois da atividade letiva, dando assim primazia à Componente Letiva.

No entanto, na minha opinião, esta escola a tempo inteiro sendo necessária como resposta social, não serve as necessidades das nossas escolas, dos nossos alunos, nem dos técnicos e professores que nelas trabalham e que precisa de ser rapidamente renovada.